

Ajuste fiscal é base de crescimento, diz técnico

Assessores da Fazenda alertam para os cuidados que devem ter o futuro presidente

RIO — Qualquer programa de crescimento econômico, elaborado por qualquer um dos dois candidatos à Presidência da República, terá vida curta e resultados frustrantes se não for precedido de um ajuste fiscal, afirmou ontem, no Rio, o secretário para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Michael Gartenkraut. Já Sérgio Amaral, secretário de assuntos internacionais, disse que o novo presidente encontrará as reservas internacionais do País em estado satisfatório, mas, em compensação, herderá um volume considerável de juros da dívida externa em atraso desde julho, além de outras inadimplências do governo com os credores estrangeiros.

O quadro traçado pelos dois representantes do Ministério da Fazenda foi apresentado ontem a empresários fluminenses no seminário "A economia que fica para o novo presidente", promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Gartenkraut afirmou que a maior frustração da atual equipe econômica — que deixará o governo em poucos meses — foi "não ter sido competente para convencer a sociedade de que o ajuste fiscal era um caminho sem alternativas, ou melhor, de que a alternativa ao ajuste fiscal era a hiperinflação".

Para o secretário de assuntos econômicos do governo, o ajuste da dívida externa, depois da moratória decretada pelo Plano Cruzado, teve um efeito devastador sobre as finanças públicas, com o Tesouro Nacional assumindo as dívidas dos Estados, municípios, estatais e empresas privadas, além de conceder subsídios, incentivos e de dar prioridade a setores isentos de tributação, como agricultura e exportação. Quando isso ficou claro, a partir de 1987/1988, segundo ele, houve consenso momentâneo na



Alencar Monteiro/AE-5/3/88
Gartenkraut: risco de frustração



Ricardo Chaves/AE-6/4/89
Amaral: sem precipitação

sociedade de que era preciso um ajuste fiscal. "Mas praticamente todas as decisões da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso implicaram o desmonte do programa de austeridade fiscal", disse ele.

Hoje, afirmou Gartenkraut, a carga tributária líquida do governo está abaixo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), quando chegou a 17% na década de 70. E a poupança em conta corrente, ou seja, o que o governo dispõe para investimento, acusou déficit de 2% no ano passado, o que deve perdurar este ano, quando somava 6% do PIB na década de 70. Apesar de tudo, segundo ele, a economia real está preservada, já que o nível de investimento (representado pela formação bruta de capital fixo) está entre 17% e 18% do PIB, quando a projeção inicial do governo é de que ficaria abaixo de 15%.

No que diz respeito à dívida externa, de acordo com Sérgio Amaral, os novos cenários internacionais são favoráveis à redução, mas o Plano Brady ainda não foi suficiente para sinalizar um rumo mais firme, devido às dificuldades na conclusão do acordo do México. Amaral acredita na falta de recursos por parte do Fundo Monetário Internacional e outras instituições para possibilitar a redução da dívida no volume necessário. E diz que os bancos privados continuam

relutantes. "Se o país devedor atrasa, o banco diz que não pode premiá-lo reduzindo a dívida, mas se está em dia, a alegação é de que não há motivos para a redução", afirmou.

O novo presidente, segundo Amaral, não precisará tomar medidas precipitadas em relação às reservas, porque "estas estão em bom nível", assegurou, limitando-se a dizer o volume de agosto: US\$ 7 bilhões. No entanto, enfrentará o acúmulo de juros atrasados desde julho, além das inadimplências quanto aos prometidos relendings (reemprestimos da dívida retida no Banco Central) e conversões. Do total de US\$ 112 bilhões da dívida, US\$ 6,8 bilhões em juros seriam pagos este ano aos bancos privados, mas o pagamento das dívidas de médio e longo prazo foi interrompido em 30 de junho.

Também presente, o senador Roberto Campos (PDS) disse que o País precisa de "uma profunda reforma cultural e não apenas fiscal, pois ainda não descobriu a economia de mercado". E o deputado Francisco Dornelles (PFL) afirmou que o novo presidente encontrará um orçamento com despesas subestimadas, pois não contempla a contribuição da União para o Fundo de Compensação de Variações Salariais, nem "buracos" da Operação "Patrícia" e do Instituto do Açúcar e do Álcool entre outros.